

vinha desenvolvendo sobre as figuras do 'negro, branco e índio'. Utilizando técnicas orientais de relaxamento e introspecção, o facilitador orientou os pesquisadores/as a fazer aflorar à mente as suas representações sobre essas identidades étnicas. Em seguida, apoiando-se na ideia de Augusto Boal de 'teatro-imagem', propôs que cada um(a) criasse uma imagem a ser, depois, representada por 'esculturas' feitas com os corpos dos parceiros. A apresentação de cada uma das imagens proporcionou a explicitação de diferentes interpretações, por parte dos observadores. Os comentários foram sendo registados em diários, tarefa assumida em alternância pelos pesquisadores/as nas diferentes sessões de trabalho. Estas anotações foram utilizadas para elaborar relatos, análises e sínteses, retomadas parcialmente nos textos que compõem este livro. A elaboração do livro constitui, portanto, o resultado de um processo de construção e de deliberação colectiva, e que demonstra, também, as dificuldades de práticas democráticas realizadas por um grupo com interesses específicos.

Mas sobretudo demonstra, e de modo pertinente, que existem outros caminhos culturalmente significativos para se pensar a construção colectiva e corporal de conhecimento(s). Tal como afirmam, 'as possibilidades de teorizar as práticas sociopoéticas são várias, mas todas são culturalmente marcadas, contextualizadas. Daí a riqueza desta proposta: ninguém deve renunciar ao chão cultural da sua própria formação para se sentir à vontade no ambiente sociopoético e teorizar a sua prática' (p. 22).

Pode-se, portanto, concluir que este livro faz prova da viabilidade prática e científica no empreendimento de projectos alternativos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento de novos modos de interrogar a realidade, a partir de preocupações emancipatórias que incluem práticas e metodologias transgressivas ou metodologias etnográficas e participativas. Estas permitem, por sua vez, contribuir para o desenvolvimento ou desvendamento de 'novos' modos de produção de conhecimentos(s), apontando, assim, para o desenvolvimento de formas metodologicamente provocativas de relação entre cultura, ciência e sociedade.

Regina Tralhão

Instituto Superior Miguel Torga

J. Rogers Hollingsworth, Karl H. Muller e Ellen Jane Hollingsworth (editores). 2002. *Advancing Socio-Economics: An Institutional Perspective*. Boston: Rowman and Littlefield. 450 pp. ISBN: 0-7425-1176-6.

Se existem obras que constituem um marco importante no avanço da teoria económica, *Advancing Socio-Economics* é, sem dúvida, um desses casos. Trata-se de uma colectânea de importantes textos que se inserem no ressurgimento vibrante que a sócio-economia tem conhecido nas duas últimas décadas. Radicada numa tradição que remonta a Smith, Marx, Weber e Schumpeter, a abordagem sócio-económica parte da assumpção que os sistemas económicos estão embutidos (*embedded*, no original) na sociedade, na política, na história e na cultura. Aliás, esta concepção – a *embeddedness view* – já presente em *Contemporary Capitalism* que Rogers Hollingsworth edita com Boyer, em 1997, atravessa toda a obra. Afastando-se do programa de investigação neoclássico, a sócio-economia não pretende, contudo, afirmar-se como um novo paradigma. Como refere R. Hollingsworth, 'it should be seen as a comprehensive platform for a variety of theoretical traditions stressing the complexity of relations or the entangled nature or interactions among individuals, institutions, organizations, knowledge, and societies' (pp.3). Assim, com uma natureza interdisciplinar e um estatuto híbrido, a sócio-economia procura estabelecer pontes que promovam uma maior integração das várias ciências sociais, lutando, desta forma, contra a fragmentação académica observada no último século. No entanto, face à intensa proliferação de estudos na área, corre-se o risco, como sublinham os editores no Prefácio, que essa diversidade cognitiva se perca em caminhos estéreis. Assim, o primeiro objectivo da obra é que possa constituir um primeiro passo no sentido de impor alguma 'ordem na casa', possibilitando a organização de uma plataforma teórica comum que forneça os elementos básicos para estudar as dinâmicas das sociedades contemporâneas numa perspectiva sócio-económica.

Um aspecto chave do livro é a consideração que a análise institucional constitui o foco central no desenvolvimento de uma agenda de investigação sócio-económica. Entende-se, assim, que os editores dediquem o

livro não só a Etzioni, o grande responsável pela revitalização da sócio-economia, mas também a Boyer e Streeck, autores que têm insistido na ideia que os actores económicos vivem incrustados num ambiente institucional complexo e que este não apenas os constrange, mas, também, molda o seu comportamento.

A obra está dividida em três partes, antecedidas por um capítulo introdutório de R. Hollingsworth. Enquanto que na Parte I são apresentados um conjunto de textos sobre os métodos e os conceitos da sócio-economia, a Parte II é centrada na análise institucional e representa uma tentativa para a definir, face à falta de consenso nas ciências sociais sobre o que são instituições. Há, ainda, a preocupação de apontar algumas das estratégias a seguir para fazer análise institucional. Na Parte III, sobre *sistemas sociais de produção*, procura-se aplicar a agenda de investigação sócio-económica a casos concretos.

O texto introdutório de R. Hollingsworth é fundamental, pois apresenta o núcleo da agenda de investigação da abordagem sócio-económica. Aliás, ao longo da obra, os textos deste autor assumem uma importância maior, não tanto pela quantidade (são da sua responsabilidade 5 capítulos, sendo um deles em parceria), mas sim porque estabelecem o fio condutor das diversas contribuições, interligando-as e cimentando-as num todo coerente, pese embora a diversidade de opiniões nem sempre coincidentes. R. Hollingsworth sugere três grandes áreas para o desenvolvimento da investigação sócio-económica: o estudo das *instituições*, *inovações* e *desigualdade*. Esta lista, designada por *Triple-I Agenda* (*institutions, innovations e inequality*), vem no seguimento das preocupações expressas na Declaração de Madison, proposta em 1999, no Encontro Anual da SASE (Society for the Advancement for Socio-Economics). R. Hollingsworth considera que, embora os indivíduos e empresas possuam algum grau de autonomia, a sua acção é influenciada pelo ambiente institucional no qual estão embutidos. Como afirma, 'actors are always confronted with the tension between being constrained by the inertial forces of the past and attempting to move beyond the past into the future. And it is this tension which must be comprehended if we are to understand how institutions, governance arrangements, societal actors, individual actor, and

innovativeness are intertwined' (p.5). A *inovação* é, para o autor, outro aspecto essencial na pesquisa sócio-económica. Servindo-se de um longo estudo empírico, no qual ele próprio participou, sobre organizações de pesquisa na área biomédica em diversos países, Hollingsworth partilha as suas conclusões, chamando a atenção para a oportunidade da sua aplicação a outros campos híbridos, como é o caso da sócio-economia. O último aspecto da Triple-I Agenda refere-se às *desigualdades*, cuja explicação a teoria económica tem falhado nas últimas décadas. O autor avança com propostas de trabalho inovadoras para a percepção desse fenómeno. A título de exemplo, refira-se a sugestão de R. Hollingsworth para alargar o conceito tradicional de classe social baseado no processo de produção capitalista (presente, por exemplo, em Bourdieu), incluindo outros elementos como o género, a etnicidade, as disparidades regionais e outras dimensões individuais, nomeadamente, os recursos cognitivos, as capacidades emocionais e a sua integração civil (*civil embeddedness*). O capítulo é concluído com uma chamada de atenção para a forma como os resultados da sócio-economia devem ser usados na reforma das sociedades contemporâneas 'the Triple-I Agenda [...] should be seen as a genuine scientific contribution to address the most pressing societal problems in today's societal fabric' (p. 15).

Depois de uma breve introdução, a Parte I da obra, sobre conceitos e métodos da sócio-economia, inicia-se, uma vez mais, com um importante capítulo de R. Hollingsworth, sobre a análise multi-nível (*multi-level analysis*). O autor aqui realça uma preocupação maior da sócio-economia: o reconhecimento que os indivíduos vivem 'aninhados' (*nested*) num mundo multi-espacial, constituído pelos níveis *global*, *regiões transnacionais*, *nação-estado*, *sub-regiões nacionais* e *local*. Assim, boas performances económicas exigem uma boa coordenação dos actores económicos ao longo dos vários níveis espaciais. Confrontando o período do pós-Segunda Guerra, caracterizado pelo *embutimento* (*embeddedness*) das instituições nacionais com a época presente, marcada pelo *aninhamento* (*nestedness*) das instituições, complexamente ligadas nos vários níveis espaciais, R. Hollingsworth encaminha o seu artigo para conclusões não convencionais sobre o funcionamento do mer-

cado livre, reivindicando a tradição de Polany. Cada vez mais, empresas competitivas, regiões e nações, estão a opor a lógica do curto prazo dos mercados por uma visão de longo prazo marcada pelo consenso, confiança e pela coordenação de formas colectivas de governação. Adepto de uma economia mista, R. Hollingsworth, não deixa, no entanto, de se interrogar, no final do artigo, sobre a capacidade da sociedade contemporânea para se governar democraticamente.

O próximo artigo – *Towards a Socio Economic Paradigm* – da autoria de Amitai Etzioni compara os dois paradigmas actuais da ciência económica com distintas implicações normativas e diferentes soluções políticas. Um, o neoclássico, assente numa concepção individualista da acção económica, o outro mais centrado no carácter social da actividade económica. Para Etzioni, os actores económicos não são seres perfeitamente racionais que maximizam o seu bem estar, como defende a ortodoxia económica. Pelo contrario, são ‘eus divididos’ entre a busca do prazer e as suas obrigações morais – ‘people have divides selves, part pleasure driven and part morally’ (p. 45). Por outro lado, têm capacidades intelectuais limitadas e processam deficientemente a informação. Afastando-se do individualismo metodo-lógico presente no raciocínio neoclássico, Etzioni considera que se, por um lado, os indivíduos moldam as entidades sociais por outro, os grupos e comunidades moldam os indivíduos de tal forma que: ‘each individual...is more socially determined than determining’. Trata-se, pois, de um capítulo crucial da obra, não tanto pela novidade – no essencial, as suas propostas já foram apresentadas em *The Moral Dimension* (1988) – mas mais pelo facto de relevar a importância dos artigos que se lhe seguem.

De referir, ainda na Parte I, mais dois artigos: o de Robin Stryker sobre o futuro da SASE e o de Karl Muller sobre o conceito de *embeddedness*. No primeiro, uma das preocupações do autor é enfatizar a importância do institucionalismo como um elemento chave no futuro desenvolvimento dos estudos sócio-económicos. O institucionalismo permite o aparecimento de diálogos transdisciplinares, a utilização de linguagens comuns e, conseqüentemente, uma fertilização cruzada e acumulada nas ciências sociais. Pena é que Stryker se refira somente ao novo institucionalismo, deixando de fora a tradi-

ção iniciada por Veblen, Commons e Ayres, contrariamente, aliás, ao que acontece noutros ensaios da obra. O artigo de Karl Muller sobre um dos conceitos mais importantes que surgiram na sócio-economia – o de *embeddedness* – apresenta como maior originalidade a definição radical de uma nova relação entre o paradigma neoclássico e a abordagem sócio-económica. Muller considera que a perspectiva neoclássica deve ser encarada como um caso específico dentro do carácter mais geral e diversificado do programa de investigação sócio-económico.

Se há algum consenso sobre o papel central da análise institucional na sócio-economia, já o que se entende por instituições varia de autor para autor. Disso mesmo dá conta a Parte II da obra que tem como objectivo essencial traçar um mapa teórico comum na análise institucional que permita orientar os autores dentro da diversidade das disciplinas sociais, preocupação que está bem presente no artigo inicial de R. Hollingsworth. Uma boa parte dos textos aqui apresentados assume a ideia que instituições são regras, normas, hábitos, convenções e valores. Os dois primeiros artigos, de Hollingsworth e de Tom Burns e Marcus Carson, procuram desenvolver uma teoria sobre sistemas de regras. Demonstram que regras e normas estruturam a interacção social e, como salienta Geoffrey Hodgson no ensaio seguinte, definem quem faz o quê, *aonde, quando e como*. Acrescente-se que subsiste a questão de se definir o que são regras, problema, aliás, que não é resolvido ao longo da obra. Claus Offe, no artigo que encerra a Parte II, demarcando-se das análises marxistas e das teóricos estatistas, defende que os diversos arranjos institucionais (i.e., mercados, estado, redes e associações) coordenam as relações entre agentes económicos e que, por sua vez, a dominância de determinadas formas de coordenação dependem das regras, normas, hábitos, convenções e valores vigentes na sociedade.

Na Parte III, tendo como ponto partida o conceito de *sistema social de produção* já desenvolvido, em 1997, por R. Hollingsworth e Boyer, em *Contemporary Capitalism*, procuram-se ligar os métodos, os conceitos e os modelos sócio-económicos a casos específicos. Os artigos de Peter Hall, Steven Casper, Sigur Vitols, Raymond Russel e Rober Hanneman e Marie-Laure Djelic são, todos eles, exemplos de como a abordagem sócio-

económica pode ser aplicada à análise macro-societal. A obra é encerrada com um artigo de R. Hollingsworth e Jeral Hage bem elucidativo sobre a potencialidades da abordagem socio-económica. Neste texto, os autores, através da comparação da realidade japonesa, europeia e americana, explicam que as redes inter-organizacionais estão a adquirir uma importância crescente como mecanismos de coordenação económica. O seu estudo sugere ainda que há diferentes tipos de redes que moldam, de forma diversa, os processos de inovação em cada país, pois são determinadas pelo sistemas sociais de produção e pela cultura donde emergiram.

Escrita com energia e, por vezes, com um entusiasmo contagiante, *Advancing Socio Economics* é uma obra essencial dirigida a todos aqueles para quem a elegância formal e sofisticação dos modelos neoclássicos não se adequam, porém, à explicação de uma realidade marcada pela riqueza e pela complexidade dos fenómenos económicos.

Vasco Almeida

Instituto Superior Miguel Torga

Ruth Finnegan. 2002. *Communicating: The Multiple Modes of Human Interconnection*. Londres: Routledge. 306 pp. ISBN: 0-415-24118-9.

Ruth Finnegan, antropóloga inglesa, propõe-se neste livro responder a uma questão muito básica: como é que nós, seres humanos, comunicamos? O seu ponto principal vai ser mostrar a diversidade e multisensorialidade dos modos de comunicação humana.

Os estudos sobre comunicação têm já uma longa tradição de acumulação teórica e empírica, fortemente interdisciplinar, com uma grande variedade de teorias que enfocam uma ou outra dimensão desse fenómeno tão complexo. Neste livro, Finnegan coloca-se, ao mesmo tempo, além e aquém deste vasto acervo de conhecimento. Por um lado, reclama a ‘necessidade de uma visão da comunicação humana mais ampla’ do que aquela que é proposta pelas teorias dominantes neste campo (p.xv), e consegue-o. Mas consegue-o sacrificando um contributo especificamente teórico. Como a própria afirma, ‘de certo modo, este é um empreendimento sem

ambição: meramente uma espécie de catálogo dos vários modos e recursos usados na comunicação humana, com algum comentário a acompanhar’ (p.xvi). A imensa latitude com que a autora define a comunicação humana é justamente o que vai obstar a um desenvolvimento especificamente teórico do seu ponto de vista. De facto, o livro é muito mais uma imensa panóplia de exemplos de actos de comunicação específicos, um acervo de conhecimentos empíricos quase enciclopédico, do que uma elaboração teórica pertinente e original.

O livro está dividido em três partes. Na Parte I, Finnegan estabelece as bases teóricas da sua visão da comunicação humana: – o que significa a comunicação humana, em que discute criticamente as várias teorias existentes neste campo (Capítulo 1) – e como é que a comunicação é possível, versando os recursos básicos (os do próprio organismo e os do meio ambiente) de que os humanos e os outros animais dispõem para comunicar (Capítulo 2).

Com o objectivo de clarificar a sua própria visão da comunicação, Finnegan procura demonstrar que as principais ideias teóricas que se confrontam neste domínio ‘fornecem um ponto de vista estreito sobre a comunicação e, com isso, sobre a vida humana’ (p.9). De entre essas ideias, a que é mais criticada pela autora é a da ‘comunicação como um assunto do intelecto’ (p.12), a qual destaca a linguagem como o veículo por excelência da comunicação humana. Para Finnegan, esta supremacia atribuída à linguagem leva a um entendimento da humanidade ‘parroquial e centrado no Ocidente’ (p.27). Nesta linha, analisa e critica as teorias que veem a comunicação como transmissão de mensagens, como uma actividade cognitiva ou como produção de sentido. Em relação às duas primeiras, a distância face à visão da autora é de tal forma grande que, por assim dizer, as críticas me parecem óbvias. Já as críticas que tece às teorias da tradição semiótica e estruturalista, tão influentes nos estudos culturais (nos quais me parece clara a filiação da autora, muito embora ela não o explicita), são mais pertinentes de referir, uma vez que estas são teorias que valorizam o intercâmbio e a negociação de significados partilhados. Por outro lado, estendem os seus estudos a sistemas simbólicos muito para além da linguagem em sentido restrito (vestuário, cinema, arquitectura, etc.) e, por